

A Pesquisa-ação como Estratégia de Fortalecimento das Comunidades: uma experiência na Ocupação Beira da Mata

Action Research as a Community Strengthening Strategy: an experience in Ocupação Beira da Mata

Isabela Caixeta Veiga

Especialista em Desenvolvimento Urbano pelo Instituto Federal de Mato Grosso, Brasil.
Mestranda no Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás, Brasil.

E-mail: isabela_veiga@discente.ufg.br

Wagner de Souza Rezende

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.
Professor na Universidade Federal de Goiás, Brasil.

E-mail: wagnerrezende@ufg.br

1 INTRODUÇÃO

O termo racismo ambiental surge nas discussões acerca da justiça ambiental, trata-se da distribuição desigual do ônus causado pelo modelo de desenvolvimento econômico, que destina os danos ambientais majoritariamente a população de baixa renda e aos grupos étnicos e raciais historicamente discriminados, como os povos tradicionais e negros. Deste modo, o racismo e a injustiça ambiental relacionam-se à desigualdade social (Herculano e Pacheco, 2006). No campo e na cidade, a propriedade da terra é uma das maiores causas de conflitos. A expulsão dos mais pobres do campo, e a falta de moradia acessível nas cidades, faz com que muitos se fixem ilegalmente em prédios e terrenos abandonados, áreas protegidas pela legislação ambiental e periferias urbanas, constituindo territórios de precariedade ambiental e social (Maricato, 2014).

Este é o caso da Ocupação Beira da Mata, iniciada em fevereiro de 2021, no período da pandemia de Covid-19, em decorrência do aumento do desemprego e despejos de famílias que moravam de aluguel. O terreno ocupado é privado e está ao lado da Área de Preservação Ambiental – APA - Serra das Areias, cortado pelo Córrego Santo Antônio (Aparecida de Goiânia, 2016). A ocupação sofreu duas ações de despejo sem mandato judicial a mando da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, sob justificativa de estarem degradando a área de preservação. Nesse período, vigorava a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 828, que estabelecia a suspensão dos despejos durante a crise sanitária (CNDH, 2022). As famílias continuam na área, porém, ameaçadas de despejo.

Este trabalho propõe discutir os fundamentos teóricos e metodológicos de um projeto de extensão universitária para a elaboração de um diagnóstico socioambiental, em colaboração com a ocupação urbana Beira da Mata, que nos apresentou esta demanda no início de 2024. Este projeto está vinculado à pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, que estuda as estratégias de luta pela moradia nos territórios periféricos e as táticas de resistência aos processos de expulsão durante a pandemia de Covid-19 (2020-2022). Assim, o texto tece uma discussão teórica acerca das práticas de extensão sob a perspectiva da pesquisa-ação, aproximando-se da abordagem conhecida como *advocacy*, compreendendo-as como políticas e pedagogias que contribuem fundamentalmente para a luta das populações periféricas pelo direito à cidade. Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa que articula a teoria às práticas de campo, utilizando-se de múltiplos métodos: pesquisa bibliográfica e documental, observação participante e rodas de conversa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Davidoff (1965) tentou confrontar as práticas de planejamento tecnocráticas com a proposta do planejamento pluralista, com abordagens pautadas pela participação efetiva dos diversos grupos que formam a sociedade civil. Assim, planejadores atuam como mediadores, defendendo interesses locais, geralmente contra-hegemônicos, de parte dos coletivos envolvidos nas disputas associadas ao desenvolvimento urbano. A mediação e a defesa de planos orientados para inovação social refletiriam, no contexto do planejamento pluralista, dinâmicas de uma democracia urbana efetiva, onde se exerça a cidadania e o direito de desempenhar um papel ativo das políticas públicas. Nesse sentido, o termo *advocacy*, retirado da prática jurídica, defende o protagonismo dos coletivos na luta pelo direito à cidade, onde técnicos e especialistas atuam como defensores diante de conflitos políticos em um processo contencioso.

Sendo a pesquisa-ação uma estratégia que se orienta, principalmente, para transformações da realidade concreta por meio do agenciamento, geralmente colaborativo, entre pesquisadores e populações afetadas, trava-se um confronto constante entre o conhecimento científico e o saber tradicional, cuja instrumentalização permite o mapeamento de reivindicações (Thiollent, 1986). Nesse sentido, propomos a aproximação entre a pesquisa-ação e o “planejamento *advocacy*” defendido por Davidoff (1965). Assim, a prática de *advocacy* em contextos de vulnerabilidade socioambiental é crucial nos processos de inclusão social. Além disso, trata-se da instituição de uma pedagogia pautada pela cidadania insurgente, informando sobre direitos, fornecendo conhecimentos e promovendo a reflexão sobre a cidade plural.

Com o avanço das tecnologias digitais e ferramentas de produção de mapas, a cartografia participativa tem sido um método bastante aplicado por instituições como universidades, ONGs e organizações sociais para o mapeamento de questões territoriais, socioambientais, culturais e étnicas. São cartografias produzidas pelos habitantes locais que podem ser utilizadas de maneira pedagógica, para o reconhecimento do território pelos próprios moradores, estimulando o debate e reflexão, valorizando as experiências e saberes locais e, a partir disso, suscitar o planejamento de ações de incidência sobre questões identificadas (Acselrad e Coli, 2008). Portanto, a cartografia participativa é um método que pode ser implementado nas práticas da pesquisa-ação e planejamento *advocacy*, na identificação de demandas coletivas e formulação de propostas.

Considerando que os processos sociais articulam tempos e espaços, ações e objetos, de modo indissociável, práticas sociais são, assim, práticas espaciais (Santos, 2002). Práticas espaciais insurgentes são conjunto de ações políticas que buscam a transformação de uma determinada realidade, se subvertendo à uma ordem territorial estabelecida (Souza, 2013). Ao se apropriar, resignificar e reestruturar parcelas urbanas aparentemente abandonadas, as ocupações têm constituído territórios insurgentes. Deste modo, aqueles que têm sido excluídos da cidade legalmente organizada, tornam-se, mesmo que precariamente, por meio de práticas consideradas derogatórias, os produtores da cidade (Lefebvre, 2001). No contexto de um complexo processo de reterritorialização, essas populações buscam modos de existência cidadã, instituindo uma cidadania em construção, contra todas as exclusões a que são submetidas. Trata-se, de acordo com Holston (2013), de uma cidadania insurgente, pois se opõe radicalmente contra a cidadania institucionalizada, legitimadora da exclusão social e da pobreza.

3 METODOLOGIA

O projeto de extensão, ainda em execução, é uma oportunidade de engajamento da

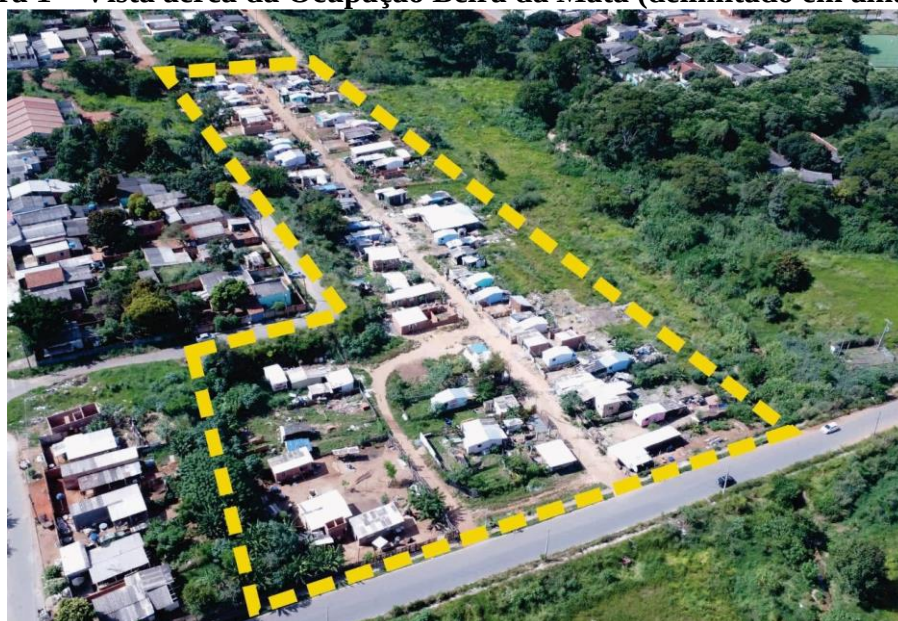
comunidade na luta pelo reconhecimento do território, acesso aos direitos e reivindicações por moradia. Logo, propõem-se ações que demandam a interação colaborativa entre pesquisadores e moradores, divididas em três etapas:

- (1) Coleta de dados e elaboração do diagnóstico socioambiental - serão utilizados múltiplos métodos de coleta de dados, entre estes a cartografia participativa. Neste caso, pretende-se utilizar uma ortofotografia feita com VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado) em que os moradores possam fazer marcações, identificando e localizando usos e características do território. Integra-se a produção dos mapas, as observações *in loco* da infraestrutura, topografia, solo, vegetação e hidrologia. Além disso, serão analisadas amostras da água do córrego em laboratório e estudadas as legislações ambientais e urbanas que recaem sobre o território. Os resultados das atividades serão sistematizados na elaboração do diagnóstico socioambiental.
- (2) Reuniões na comunidade para apresentação dos resultados da pesquisa, debates dos problemas diagnosticados, e planejamento de ações de intervenção.
- (3) Execução das ações de intervenção junto à comunidade.

4 RESULTADOS

Atualmente, a ocupação é formada por 72 famílias, com predomínio de mulheres e crianças negras. A maioria das moradias são barracos feitos com restos de materiais e lonas. Há algumas casas de alvenaria construídas pelos próprios moradores, geralmente, nos finais de semana. A primeira casa de alvenaria foi construída em mutirão para uma idosa de mais de 110 anos. A água e energia são oriundas de ligações clandestinas com ramais das vias próximas. Não há esgotamento sanitário, os banheiros e fossas são improvisados. A ONG TETO promoveu algumas ações na ocupação, como a construção de 15 moradias emergenciais, de aproximadamente 18 m², pré-moldadas em madeira, algumas com banheiros e sistema de fossa séptica agroecológica com bananeiras. Há um espaço comunitário, também construído junto à TETO, onde ocorrem reuniões, confraternizações e cultos (Figura 1). Os moradores se organizam em uma associação, que atua na manutenção e melhoria da infraestrutura existente e nas demandas da comunidade (observações de campo e informações fornecidas pelos moradores).

Figura 1 – Vista aérea da Ocupação Beira da Mata (delimitado em amarelo).



Fonte: Eliézer França (2024).

A proposta de extensão surgiu do diálogo dos pesquisadores com os moradores em uma reunião na comunidade. Foi expresso pelas lideranças comunitárias e integrantes do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos de Goiás (MTD-GO), ao qual a ocupação integra, a necessidade de um diagnóstico socioambiental do território, apontando os riscos de vulnerabilidade ambiental, social, econômica e sanitária. No primeiro contato com os moradores, estes trouxeram depoimentos sobre a realidade vivida e apresentaram o território (Figura 2).

Figura 2 – Café da manhã e roda de conversa na Ocupação Beira da Mata.



Fonte: autores (2024).

Portanto, como apontado por Saquet (2019), as atividades de extensão podem ser instrumentos de fortalecimento da “territorialidade ativa” e da construção de autonomia das comunidades, ao auxiliar a participação dos atores locais no diagnóstico dos problemas e no planejamento das ações de desenvolvimento territorial, por meio das práticas dialógicas, reflexivas, cooperativas, solidárias, e da tomada da consciência política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto argumentou a favor do potencial da pesquisa-ação em projetos de extensão com ocupações urbanas, como estratégia de impulsionar as lutas pelo reconhecimento dos territórios e acesso aos direitos e cidadania. O método valoriza os participantes ao qualificá-los como sujeitos de ação e propor uma produção horizontal e coletiva de conhecimento, através do compartilhamento de saberes. As dinâmicas interativas e o desenvolvimento de ações conjuntas fortalecem os vínculos, gerando pertencimento e engajamento nas lutas coletivas. Se tratando de um projeto de extensão em seu início, pretende-se abordar a experiência completa futuramente, trazendo reflexões sobre os métodos aplicados.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. **Disputas territoriais e disputas cartográficas**. In: **Cartografias Sociais e Território**. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar nº 124, de 14 de dezembro de 2016**. Institui o Plano Diretor e estabelece instrumentos para o desenvolvimento territorial no Município de Aparecida de Goiânia e dá outras providências. Aparecida de Goiânia, 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.aparecida.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Lei_124.2016_Plano_Diretor.pdf>. Acesso: 3 mai. 2024.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório da Missão à Goiânia sobre o Direito à Moradia e ao Território**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-a-goiania-sobre-o-direito-a-moradia-e-ao-territorio>>. Acesso em: 2 out. 2023.

DAVIDOFF, Paul. Advocacy and Pluralism in Planning. **Journal of the American Institute of Planners**, 31:4, 331-338, 1965.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

HERCULANO, Selene; PACHECO, T. **Introdução: "Racismo ambiental", o que é isso?**. In: Selene Herculano; Tania Pacheco. (Org.). **Racismo Ambiental - I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006, v., p. 21-28.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo, Edusp: 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Saber Popular, Práxis Territorial e Contra-Hegemônica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986.